



A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO NOS ESTADOS UNIDOS E SEUS PARALELOS NO BRASIL

Antonia Fernanda Pacca de Almeida Wright

Livre Docente de Ciências e Professora de História da América na Universidade de São Paulo. Estagiária do Curso Superior de Guerra, da ESG.

Nesta tentativa de reunir argumentos capazes de enfatizar paralelos entre acontecimentos gerados nos Estados Unidos até o século XX e o ideal de progresso brasileiro, não se fará um estudo de áreas de influência, nem tampouco reproduzir-se-ão velhas concepções relativas aos Estados Unidos face aos latino-americanos, hoje em dia no mínimo desgastadas. Um apanhado de variados fatores da história norte-americana, para posterior comparação com o que se passava no Brasil, resultará em certa diversificação na argumentação usada para compor o quadro a ser aqui apresentado.

Naturalmente, diferentes aspectos do processo histórico serão destacados, visando, com isso, a apreender componentes do passado capazes de aglutinarem-se a propósito de uma direção geral que, no caso em pauta, seria a *idéia de progresso nos Estados Unidos*. E como essa manifestação busca motivação expressiva no plano das idéias, principalmente políticas, cremos ser válido começarmos por lembrar as fases comumente aceitas como etapas do pensamento norte-americano.

De início temos um período de adaptação da herança européia no Novo Mundo. Nessa fase se insere a modificação dessa herança à medida que cresce a ideologia da Ilustração ou *enlightment*.

Motivados pelo *enlightment* e pela Independência, os feitos dos americanos transcenderam suas próprias fronteiras. Suas acanhadas colônias, na maioria pobres em termos mercantilistas, projetam sobre o mundo um exemplo marcante de movimento libertador pioneiro nas Américas e, ao mesmo tempo, pertinente à humanidade em geral.

Uma segunda fase caracteriza o que chamaríamos de crescimento do americanismo, no sentido de valorização do "Novo Mundo" em todos os setores da atividade humana, enquanto desenvolvia-se uma reação aos excessos da Revolução Francesa, reação conservadora, especialmente contrária às idéias equalitárias. Nesta fase não se dá ainda a definição de uma mentalidade nitidamente americana, mas uma conscientização crescente da existência de uma identidade americana, particularmente enfatizada pelas diferenças entre a Europa e a América em termos de cultura e de objetivos.

À medida que os núcleos urbanos do leste americano tornam-se mais cosmopolitas, ressurgem correntes equalitaristas herdadas do *enlightment* e a popularização do conhecimento, aliada ao avanço rápido da tecnologia científica, delineia novos rumos e dá impulso ao pensamento democrático.

Ao mesmo tempo em que se exaltam valores do nacionalismo, surgem, mais tarde, as sementes do seccionismo e da disputa, espicaçadas por diferentes interesses e sobretudo por diferentes *ideais* econômicos.

Posições diversas, também do ponto de vista das mentalidades, contribuíram para levar a ruptura da união entre os Estados norte-americanos.

Enquanto o negociante abastado fazia-se paradigma do intelectual, no norte, o proprietário sulino encarnava a glorificação dos valores da *plantation* e da vida agrícola, onde o escravo desenvolvia papel importante, inclusive permitindo lazer necessário ao cultivo do saber elevado e refinadas lides do espírito.

Da chamada "reconstrução", que se seguiu à Guerra de Secessão, surge um novo nacionalismo que vê a nação como resultado do crescimento de uma experiência em constante evolução e aperfeiçoamento institucional, insinuando que tal crescimento se acelera a partir de então.

As formulações filosóficas e as posturas mentais deste período, por sua vez, colaboraram para a concepção de que a América ressurgida da convulsão interna possuía uma missão histórica a cumprir. E para o cumprimento de um tal destino ataram-se mais justos os liames da União. No mesmo impulso expande-se o capitalismo industrial procedente do leste, enquanto o triunfo das estradas de ferro produz maior divulgação dos pontos de vista dos mandatários do país, dando maior oportunidade de enfatizar pontos comuns em parcela da opinião pública cada vez mais expressiva.

Áreas de resistência à fusão completa entre as opiniões e as atitudes do sul e do norte continuaram a existir e permaneceram no cenário da vida americana.

A imigração, cada vez mais maciça para os Estados Unidos, acentuou-se no final do século XIX e início do XX. Foi responsável pelo reforço na ênfase de um nacionalismo psicológico traduzido em um "anglo-saxonismo" quase agressivo.

Escritores e políticos ajudaram a divulgar a argumentação favorável à superioridade anglo-saxã sobre os europeus meridionais. A teoria evolucionista, não raro, era invocada como respaldo científico para esta mentalidade discriminatória.

Logicamente, uma tal maneira de pensar teria reflexos sobre o que achavam, tanto no sul como no norte, os brancos em geral sobre o papel do negro na sociedade americana. E como decorrência natural desse modo de pensar, questionava-se sobre o papel de outras minorias nacionais. Por outro lado, a superioridade na capacidade de empreendimentos notáveis no mundo dos negócios, somada às oportunidades da América, de fato chegou a produzir verdadeiros titãs. Sua ascensão deveu-se em parte à espécie de autoconfiança coletiva exagerada na capacidade do indivíduo de lutar, disputando e vencendo o mais forte e mais hábil. Rudes e potentes, esses titãs constituíram um marco na formação da sociedade americana.

E foi em razão direta desse maciço movimento em direção ao acúmulo de riquezas através dos negócios que a filantropia se desenvolveu na América, apontada para as letras, as artes, as universidades, o saber enfim. Afinal, uma vez ricos em bens materiais, que outra conquista poderia atraí-los se não a riqueza intelectual e mental? Que outra melhor forma de ascensão social poderiam escolher os grandes negociantes?

O final do século XIX projeta nomes como os de Andrew Carnegie, Charles Vanderbilt e John D. Rockefeller, seguindo exatamente tal caminho.

O desenvolvimento da antropologia e da sociologia nos Estados Unidos processou-se através da matriz evolucionista e, por isso mesmo, medrou ali a doutrina do *Darwinismo Social* aplicando os princípios evolucionistas de Darwin à sociedade onde sobreviveria o mais apto.

Igualmente foi nos Estados Unidos que surgiram sérias refutações a essa forma de pensar.

O pragmatismo, a visão spenceriana popularizada através de debates abertos (especialmente nas universidades) — além das idéias de John Dewey sistematizando conceitos do instrumentalismo — são todos aspectos do pensamento americano que se projetam nas primeiras décadas do século XX.

Nessa época, inúmeros conceitos estéticos, éticos, várias idéias e a própria mente norte-americana sofreram modificações profundas e o velho conflito entre matéria e espírito, entre real e ideal passou a dar lugar ao conceito do relativo. Por volta de 1905, Einstein já havia exposto a teoria da Relatividade e esta, ao lado da então recente teoria do "quantum", completaram a transformação da física newtoniana.

Os reflexos desses acontecimentos em outras áreas das ciências e das artes foram imediatos. Um zelo inusitado para a organização e a sistematização da vida intelectual tomou conta da América, respondendo pela criação de organizações como o Conselho Nacional de Pesquisas.

Candidatos ao doutorado e encarregados de pesquisas avançadas passaram a contar, cada vez mais, com novos currículos nas universidades e novos auxílios de institutos de pesquisa e fundações. Também o próprio governo, contribuiu para o avanço rápido das ciências, das técnicas e das artes — atividades estas, todas voltadas para o desenvolvimento e para o progresso.

Tal incentivo partiu também de grandes conglomerados econômicos onde mais e mais se desenvolveu a idéia de patrocínio à pesquisa para chegar ao progresso, a exemplo do que fizera, já desde o final do século, a "General Electric", tendo como resultado a brilhante descoberta do fenômeno das correntes alternadas.

Uma nova onda em favor da divulgação e popularização da cultura maior e de cursos universitários tem lugar a partir de então. Ao lado de universidades, como a de Wisconsin, que matriculou em cursos especiais milhares de adultos a partir de 1914, nota-se fantástico esforço por parte das bibliotecas públicas, das entidades comerciais e das autoridades encarregadas dos estabelecimentos de ensino secundário.

Destaca-se, em geral, a crença na democratização do saber a ponto de admitir a sua massificação.

É claro que todos esses feitos encontravam suporte na idéia generalizada de que a aquisição de cultura seria o caminho para o progresso individual e nacional.

A constatação de que a média da população americana tinha maiores conhecimentos, além de cultivar o hábito da leitura mais do que outra nação do mundo, é feita por um visitante inglês, o escritor Lord Bryce, já em 1912. (1)

Registram-se também, por outro lado, ao longo das primeiras décadas do século XIX, movimentos de protesto político partindo de intelectuais defensores de posições extremistas em matéria política, muitos dos quais, nos Estados Unidos, constituíram os chamados liberais.

São eles os responsáveis, na maioria, pelos trabalhos artísticos e literários denunciadores de desigualdades e defasagens sociais e da má qualidade de vida de cidadãos americanos privados das benesses da grande sociedade.

Seu protesto possui conotações reformistas e liga-se a movimentos e campanhas que produziram a chamada literatura dos "muckrakers". Entretanto não se propõem a rompimentos da ordem política ou jurídica do país, pretendendo, ao contrário, inserir suas propostas nos quadros da democracia existente.

Uns poucos intelectuais, no entanto, discordavam desse quadro e, nutridos por uma tradição de individualismo extremado oriunda do passado, rejeitam qualquer forma de governo como coercitiva, a democracia inclusive, constituindo-se em anarquistas. Por vezes estes estão ligados, mas não necessariamente dependentes, de seus parceiros europeus, sejam eles Tolstoy, Bakúnin ou Kropotkin.

Pessoas do povo, devedores e contribuintes em geral, participam por vezes dos movimentos de protesto e da onda reformista, partindo principalmente de sugestões advindas de teorizações e movimentos que apontavam erros do sistema de coleta de impostos e da ordem monetária do país. Através de suas teorias tentam

(1) Of. James Bryce — *A comunidade americana*, II, trad. de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro, Edições Cruzelro, 1967, p. 14.

analisar a possibilidade de entrever aberturas e maior participação econômica de pequenos fazendeiros e trabalhadores, pequenos negociantes e profissionais em geral.

No fundo, a maioria das proposições de reforma derivaram de variadas formas de crítica e protesto contra o capitalismo industrial e a desigualdade por ele gerada, embora a posição de maior contundência crítica a esse respeito, a posição marxista, tenha em geral encontrado na América mais críticos do que seguidores.

Ao contrário, jamais pereceu na América o culto do "self-made man". E mais: quase sempre esse herói de todos é devidamente absorvido e guindado aos escalões das elites, através de um processo cujo paradigma foi exemplificado e divulgado pela brochura "Message to Garcia". Nela o herói é um jovem que não se apresenta voraz, argumentativo, disputador de privilégios, porém capaz de enfrentar durezas e responsabilidades no cumprimento do dever, diante do qual não esmorece. Uma consequência natural desse ideal de perfeição é a forma de pensar americana de que lhe cabia verificar e policiar áreas de conflitos e desordens, exercendo, para tanto, um papel de liderança que lhe teria sido talhado pelo destino.

A defesa de um tal conceito por homens de negócios pressionou, por vezes, membros do governo no sentido de intervir para garantir a presença americana nos mais diversos quadrantes da Terra.

Entusiasmou também homens de letras e políticos, e, dentre esses, um dos melhores expoentes foi Theodore Roosevelt. É importante lembrar que o poder político era invocado ao lado da elevação moral e que era convicção desses líderes de que as conquistas da comunicação faziam o mundo mais interdependente. Partindo desse raciocínio, alguma desordem que ocorresse em qualquer ponto do globo, certamente afetaria as demais partes.

A idéia da tarefa civilizadora dos Estados Unidos, não só na América Latina como no Oriente, mas no mundo em geral, constitui-se numa espécie de defesa prévia dos altos padrões almejados pelos norte-americanos, fazendo parte dos conceitos wilsonianos. Explica ainda em parte o seu tipo de internacionalismo e sua posição constante de campeão das liberdades humanas.

É importante lembrar que esse equacionamento de idéias, mesmo quando rejeitado, permaneceu latente nos Estados Unidos, reaparecendo de tempos em tempos e sempre dinamizando o espírito de reformas.

Isso apesar de posicionamentos como o do Presidente Calvin Coolidge, na década de 20, que se celebrou dizendo: "O negócio da América são os negócios e nada mais". Essa foi, de fato, a realidade entre 1923 e 1929 no período denominada "culto à prosperidade". No ano da grande crise, posteriormente transformada em Depressão Mundial, inicia-se a retomada do pensamento reformista, cujos sintomas far-se-iam sentir através das guinadas consideradas arrojadas e até radicais do "New Deal" do Presidente Roosevelt. Dentre as conquistas da era rooseveltiana, as mais significativas, talvez, tenham advindo do questionamento ao anteriormente consagrado culto do otimismo como predestinação americana. Tal questionamento colaborou para que se restabelecesse um otimismo tanto mais operativo quanto me-

nos ingênuo e um ideal de que o progresso na América não era tão inevitável como dantes se supunha. Resultava, ao contrário, de um esforço geral e conjunto da nação e do governo.

Foi esse esquema ideológico o impulso de novas e profundas reavaliações e a base para novas fórmulas de recuperação e reconstrução, após 1932.

Dessa reavaliação resultaram novos conceitos, sobretudo a respeito dos papéis do Estado na economia e do Executivo sobre os demais poderes.

A famosa luta de Roosevelt contra a Suprema Corte talvez tenha sido o episódio mais dramático do período em questão; mas o novo estilo político por ele inaugurado e a dinâmica de governo do "New Deal" fizeram época. Projetando mensagem de fé no trabalho diligente, é aparente sobretudo no esforço de guerra, após a entrada dos Estados Unidos no segundo conflito mundial.

Vale a pena lembrar que, enquanto tudo isso ocorria, o país retraía-se no tocante à sua participação nos acontecimentos da política exterior tendo, então, um comportamento explicavelmente mais isolacionista. Não tanto o isolacionismo buscado e marcante, responsável por uma linha política deliberada, mas uma retração comandada pela necessidade de "pôr a casa em ordem".

A nova maneira de governar e ser governado, o "New Deal" de Roosevelt, de forma alguma escapou à observação de outros países, mormente dos vizinhos latino-americanos — o Brasil entre eles.

Dentre os novos esquemas introduzidos pelo "New Deal", a reformulação da política exterior norte-americana — "vis-a-vis" à América Latina produziu a chamada política da *boa-vizinhança*, que prontamente repercutiu de maneira favorável no restante do continente. No Brasil, tais repercussões fizeram-se sentir de maneira mais explícita, pois foram concedidas bases militares aos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. Com seu gesto, o Brasil praticamente rompeu sua neutralidade *antes* de entrar na guerra.

A própria participação posterior do país no conflito foi uma decorrência natural do envolvimento brasileiro em um novo esquema político "pan-americano". A ação germânica afundando nossos navios forneceu um motivo frontal para declararmos guerra aos países do "Eixo". Esse envolvimento do Brasil na guerra ao lado dos aliados, como também sua maior aproximação com os efetivos norte-americanos, não constituiu novidade total em matéria de relacionamento e comportamento mental entre os dois países. Os Estados Unidos afinal vinham demonstrando, ao longo da nossa história, disposição sempre pronta para participar praticamente em todos os nossos eventos decisivos.

Quer reconhecendo de pronto nossa independência mal era ela firmada, ou nossa proclamação de preferência por um regime republicano, os Estados Unidos não nos faltaram no tocante ao que era esperado de sua parte. É que a partir daí mesmo da maneira norte-americana de transformar sua liberação nacional em um libelo a favor da libertação da *espécie humana*, a América do Norte captura os espíritos e inspira comportamentos políticos desafiadores. Estando a sugestão norte-

americana nesse terreno das idéias, fez certamente parte do empuxo responsável, no Brasil, pela constante procura do progresso independentemente das formulações políticas.

Na realidade histórica latino-americana, de fato, o pensamento político nutriu-se quase sempre de idéias que conjugavam transformações materiais às transformações políticas, sem a preocupação de separar nitidamente o "político" do "econômico". Assim é que o *pensador* latino, em geral preferindo a visão global das coisas, evitou quase sempre afiliar-se abertamente a uma escola de pensamento estrangeira, adotando, por isso, mais das vezes, uma "terceira posição". Essa posição entrelaçava, no entanto, de forma pragmática, estímulos externos a realidades internas. Uma identificação mais nítida com determinada escola de pensamento de procedência exógena deu-se na América Latina, talvez, tão somente no caso do Positivismo no século dezenove, eis que essa escola francesa de meados do século iria empolgar os espíritos dos pensadores latinos muito tempo depois.

No Brasil, o pensamento positivista assumiu o papel de verdadeiro comando dos espíritos. A partir de 1871, quando se fundava aqui a "Sociedade Positivista" passou a guiar politicamente o país no sentido de levá-lo à mudança radical, culminando por inspirar a instalação da república e a queda da monarquia em nome do progresso e da ordem. Cumprido porém esse objetivo imediato dos positivistas, o que se observa é a recessão da pugnacidade de seus seguidores no tocante à atuação política e à procura de inspiração; tanto na ordenação do Estado como nos objetivos do progresso inspirou-se fora do modelo europeu ou, mais precisamente, francês.

Talvez a característica mais marcante do pensamento brasileiro no século vinte tenha sido a rotação executada pelas idéias políticas no sentido de procurar adaptar soluções individuais e nacionais para essas novas fórmulas encontradas, quando se partira de uma nítida postura filosófica, como o positivismo, para chegar à república. Na realidade, em muitas dessas fórmulas estão contidas sugestões norte-americanas assimiladas desde o passado imperial.

A insinuação americana vinha de longe, como opção, em contrapartida à preponderância britânica sobre a economia brasileira, tema constantemente abordado pelos políticos imperiais. A realidade do progresso norte-americano alcançado no início do século XX mais capturou a imaginação de nossos estadistas, quando se empreendia a consolidação republicana.

Afinal, progresso material e progresso espiritual e humanístico foram em geral itens pouco diferenciados no pensamento político brasileiro.